

MAC0458 - Direito e Software

Direito Eleitoral na Era Digital

Anderson Andrei da Silva

23 de setembro de 2019

O palestrante Francisco Brito Cruz nos apresentou o tema de forma a abordar todo o contexto histórico em torno do direito eleitoral e da condição socioeconômica do país. Ele os relacionou e então nos levou a acompanhar como se dá o processo eleitoral hoje, em meio à uma era digital, e os dilemas envolvidos ao tema.

Pela evolução das mídias digitais, temos que mídias como rádio e televisão já eram utilizadas, por exemplo, durante a ditadura, mas com conteúdo controlado. Daí, o salto se deu quando no fim da ditadura, a televisão era um meio de comunicação presente na casa de quase todos os brasileiros, e assim, no pós ditadura e início de democracia, a comunicação e disseminação de informação passou a ser muito mais fácil, rápida e a nível nacional. Assim, a televisão se tornou o meio de comunicação mais importante nesse contexto.

Mas, por ser um meio de comunicação de uma única via, ainda se tinha o controle do que e como passar tais informações. O que, em termos de campanha eleitoral, era possível fiscalizar se as campanhas e propagandas eleitorais respeitavam e cumpriam as leis de campanha eleitoral, como por exemplo duração igual de propaganda para todos os candidatos.

E então, Francisco nos mostrou que de forma similar, o que temos hoje assimilado como uma era digital, é fruto de um processo de democratização da informação, acesso à internet e tecnologia também a nível nacional. Ele nos mostra que ao fim do governo Lula, e mais no governo Dilma, a presença de smartphones nas casas dos brasileiros alcança a maior porcentagem da história, não ultrapassando a presença da televisão, mas sendo muito expressivo, principalmente considerando o poder de comunicação que isso acarreta.

Agora, com mais acesso à internet e a esses meios de comunicação via redes sociais, a comunicação e difusão de informação cresceu mais ainda, e mais importante do que isso, o canal de comunicação se tornou duplo e passível de ser utilizado por qualquer um em qualquer uma das duas pontas. Ou seja, agora qualquer um pode se tornar um "produtor" de informação, em suas redes sociais, por exemplo, e essa estrutura permite a resposta direta de todos os que são alcançados por essa informação, gerando assim um diálogo direto. Se antes a televisão trazia informações "selecionadas" de fontes "selecionadas", agora, a internet, as redes sociais e os novos dispositivos tecnológicos pessoais como computadores e celulares, permitem que qualquer usuário da rede publique sua opinião, ou divulgue o que achar cabível. E mais além, toda essa informação é passível de compartilhamento.

Então, em tempos e eleições atuais, não é possível que o direito eleitoral, com leis como a de propaganda eleitoral, fiscalize como as informações estão sendo difundidas. Não é possível verificar se existe um balanceamento de tempo de "propaganda" de cada candidato, e nem é possível aplicar punições aos próprios candidatos se for verificada alguma informação incabível que o beneficie em campanha, mas que foi difundida por rede social e não partiu dele mesmo.

Assim, entramos no assunto das Fake News, que são as notícias falsas, que se tornaram assunto em alta desde a última eleição. Francisco nos mostrou que não se sabe ainda ao certo como julgar e penalizar uma chamada Fake News. De acordo com ele, isso não é por definição uma notícia falsa, mas sim uma notícia não fundamentada em termos jornalísticos. Ou seja, pode ser uma "notícia" produzida por alguém que não um profissional de jornalismo, e assim, não possui fontes ou fatos apurados. Logo, ainda não se sabe ao certo como lidar com tal tipo de informação, ou desinformação.

Nesse contexto, o direito eleitoral lida com a presença de informações desse tipo, Fake News, e mídias digitais que permitem o compartilhamento de informação de forma tão rápida e abrangente. E então, o mesmo não sabe ainda como tratar essa união de fatores e ações em meio à uma campanha eleitoral. Assim sendo, o direito eleitoral precisa encontrar formas de se readaptar a esse novo contexto, mas que não foi gerado propositalmente por fatores eleitorais, mas sim, fazem parte de um processo histórico de desenvolvimento de acesso à informação, internet e tecnologia.